

PLATÃO: ONTOLOGIA E TEORIA DO CONHECIMENTO

Rui Pedro D. C. Lobo Loundó

Dept^o de Ciências Sociais - UFRJ

“É aqui onde, pela primeira vez, o espírito suficientemente maduro se percebe a si mesmo como conteúdo do seu querer e do seu saber.” (HEGEL)

É assim que Hegel, nas suas Lições de Filosofia da História, se refere ao espírito grego: o primeiro que efetivamente se dá conta de sua própria existência, ainda que determinado e vinculado à própria realidade objetiva, à qual retorna depois da mediação da alma. Mas é esta passagem, ainda que condicionada e elemento de transição, que significa para Hegel o despertar da própria consciência do homem, o primeiro indício de que ao espírito cabe a determinação no sentido último da realidade, o sintoma primitivo de que ao homem cabe fazer sua própria história e seu próprio destino.

Herdeiro da nova realidade sócio-política, a democracia, Platão encara o estigma e a essência desse novo espírito. Da mitologia à filosofia, do naturalismo à espiritualismo, Platão é, sem dúvida, o pensamento brilhante e vivo dessa ruptura histórica.

Que restaria ao homem enquanto peça engrenada do naturalismo, enquanto determinação mitológica dos deuses? Platão nos responde: pensar. Mas pensar diríamos nós, muitos antes dele o fizeram, outros povos. Assim, distinguimos radicalmente o exercício intelectual que se inaugura com Platão: o pensar não significa um simples exercício ordenador das realidades empíricas enquanto singulares e múltiplas. Pensar significa abstração, significa um longo e doloroso processo dialético, significa distância da realidade observada, significa em último caso “descobrir” na multiplicidade da singularidade, a unidade que nela (realidade) não se encontra e que só ao espírito cabe e é possível atingir.

Para empreender um estudo mais profundo sobre o pensamento platônico cabe-nos remeter a quatro grandes linhas da filosofia grega clássica que, de uma ou de outra forma, influenciaram o jovem Platão: Heráclito, Parmênides, Sócrates e os Sofistas.

Heráclito, considerado o filósofo-obscuro, partilhava da opinião de que na observação do mundo sensível a instabilidade, a mutabilidade, o movimento e a efemeridade eram uma característica determinante.

A tentativa de se conhecer, para Heráclito, implicava em apreender um fenômeno num determinado momento, mumificá-lo, para que dele se pudessem inferir relações de causalidade e efeito. Mas ora, diria Heráclito, ao final do processo, o Ser considerado já não seria mais o mesmo. O conhecimento seria assim como que um saber passado e instântaneo. A verdade seria um ato fugaz sempre defasada no tempo, em completa discrepância com a autêntica e verdadeira realidade. Ou seja, o conhecimento seria finalmente, um desconhecimento.

O pensamento de Heráclito, sustentado então, na mutabilidade do Ser no tempo, aparentemente inviabilizava o próprio processo de conhecimento. Platão, sensível às observações do filósofo, reconhece a ciência de suas palavras admitindo que efetivamente o mundo sensível, observável, apresentava as características denunciadas por Heráclito. Por outro lado, observa também que ao universo, considerado como um todo, preside uma certa ordem, uma certa beleza, uma certa interrelação conseqüente, enfim, que o mundo não configura um caos absoluto. Mas, então, se a verdade, o Ser, o saber, não se acham no observável onde poderão se encontrar, de onde emanaria a suprema sabedoria, a verdade última dos fenômenos? Ou ainda, se admito a possibilidade do conhecimento, se admito a constituição de uma ciência máxima, onde se encontra o objeto dessa ciência? Responder a estas questões não foi, certamente, um movimento fácil para Platão. A influência de Parmênides se me afigura aqui fundamental.

Parmênides, contestador primeiro de Heráclito, considerava absurda a possibilidade das coisas serem, e não serem num instante posterior. Essa possibilidade, para Parmênides, não constituía erro somente em se considerar a aparência como existência, mas principalmente numa contradição de razão lógica: ainda que no observável pudesse existir algo semelhante, o que efetivamente dava base ao argumento parmenídico era a impossibilidade do pensar que algo é para no momento seguinte se constituir em diferença de si mesmo. Parmênides decreta assim a existência do que é pensável. O que não posso pensar não existe. "O Ser é e o não ser não é". O princípio da identidade do Ser é a herança que Parmênides lega a todo o pensamento ocidental e Platão certamente dele se utiliza como fundamento de positividade para o método discursivo-dialético. Reconhecendo embora a impossibilidade de Heráclito, Platão a coloca no mundo sensível, o mundo que aos sentidos se dá, resgatando o princípio da identidade como máxima para mais uma vez ratificar a impressão de que o saber, a verdade e o Ser ontológico se localizariam mais além do mundo sensível.

Aqui se desenvolve então a ontologia platônica.

O Ser como verdade residiria afinal no próprio espírito? Certamente que não, pois o próprio espírito pensa ainda no sensível, ou melhor, o "logos" observa e pensa o não-ser. Assim sendo Platão nos aponta para

um mundo transcendente onde se localizariam os seres ontológicos, as idéias puras, as causas primeiras de tudo o que constitui o mundo sensível. Da multiplicidade do mundo aparente à unidade de sua idéia ontológica. A existência real da idéia do Homem, de Cavalo, de Árvore, etc, para as quais o Homem Sócrates, o cavalo de Sócrates e a laranjeira seriam simplesmente manifestações fenomênicas do sensível. Ou melhor, cada ente sensível, teria na transcendência, seu substrato no Mundo das idéias, sendo aquele uma cópia distorcida deste. A pureza das Idéias não admitia sequer a existência dos opostos como seres ontológicos. Por exemplo, a injustiça não constituía um ser real como idéia e sim, uma distorção radical ou mesmo uma ausência da idéia pura de justiça.

A relação entre a idéia pura e sua cópia é expressa por Platão na Teoria da participação. Obscura e altamente questionável como brilhantemente o fez seu discípulo Aristóteles, simplificadamente ela nos informa de que o ser sensível "participa" de sua idéia ontológica, no sentido de que dela deriva, dela constitui efeito, e dela retira seu substrato essencial. Mas não nos esqueçamos: a Idéia não está na coisa, está mais além, no mundo da transcendência. Fica então a pergunta: como se estabelece essa relação, qual o envolvimento essencial comum a ambos que me permite distingui-los?

A trágica morte de Sócrates certamente que levou Platão a considerar a democracia como responsável potencial que permitira, em nome de uma maioria, injustiça tamanha. A ditadura da ignorância, diria Platão. Que sabe o povo, oprimido pelo mundo da aparência, amarrado no "fundo da caverna", da idéia pura de justiça à qual só poucos têm acesso? Quem são e em que se sustenta o discurso demagogo dos sofistas? Para essas perguntas, Platão, seguindo o caminho aberto por Sócrates, terá certamente uma resposta incisiva tanto na elaboração de uma teoria do conhecimento quanto na conseqüente idéia da "polis" perfeita.

A primeira lição que Platão aprende com seu mestre, Sócrates, é a de que o ponto de partida para todo o processo do saber é o reconhecimento da ignorância. E Sócrates, foi, certamente, um sábio em desmascarar e denunciar a ignorância que alicerçava o discurso dos sofistas. Verdadeiro símbolo da democracia ateniense, o pensamento sofista pode ser muito sumariamente descrito numa frase daquele que foi considerado um dos mais legítimos representantes desse pensamento, Górgias: "O Ser não existe, se existisse não poderia ser pensado, se fosse pensado não poderia ser comunicado".

A inexistência do Ser, de uma verdade última, é a grande bandeira do pensamento sofista. Este modo de encarar a realidade pode ser visto como sendo, por um lado, fruto da herança de heráclito quanto à perecibilidade do Ser no tempo e, por outro, efeito da crença quanto a subjetividade sensível na apreensão do próprio Ser: a alteridade diacrônica

e a alteridade sincrônica. Quanto a esta última admitiam os sofistas a independência relativa no uso dos sentidos cada qual concedendo ao ser uma realidade distinta; o que implicava, em último caso, em admitir uma existência múltipla para um mesmo objeto, dependendo do sentido acionado na operação perceptiva. Negando, pois, a existência de uma verdade última, de um Ser ontológico, as opiniões (“DOXA”) multiplicavam-se sem que delas se pudesse emitir qualquer juízo axiológico. E o discurso daí surgido, como um confronto de opiniões, transformava-se num embate de artifícios lógicos da palavra. O discurso como uma técnica de convencimento, de conteúdo vazio ou secundário.

Eram estes os demagogos da democracia grega, que transmitiam sua “arte” em escolas formadoras de políticos. Suas leis produto do melhor discurso, estavam, como consequência, sujeitas à efemeridade e perecibilidade no tempo, acarretando enorme instabilidade institucional. Platão, quando na República comenta sobre a Democracia, traça-nos um belo perfil do tipo demagogo-sofista, e o quanto a cidade sofreria com um regime sujeito à verdade multifacetada, contingente, e à ação ativa dos discursos vazios. A maioria ignorante, diria Platão, governando a “polis” querida.

A tarefa de Sócrates consiste, então, em denunciar o conteúdo dos discursos. Mostrar a insuficiência da opinião (“DOXA”) portadora de uma verdade ilusória, desocultar a estrutura contraditória do diálogo, destruir as certezas aparentes, arrancar o véu da habilidade oratória. Que restaria então, depois da teimosia, insistente e irônica maiêutica socrática? Sómente a dúvida, ou melhor a certeza da ignorância.

Cabe agora a Platão prosseguir a tarefa de seu mestre. Se Sócrates teve por missão dissipar as certezas, cabe a ele afirmar agora uma autêntica teoria do conhecimento. Cabe passar da “negatividade” do trabalho de Sócrates para a positividade da construção de um caminho metodológico que conduza os homens efetivamente à verdade.

Que a verdade existe, Platão já nos disse: na transcendência, no Mundo das Idéias. Mas como chegar para atingi-las? Como poderemos contemplá-las?

Não estariam obviamente nas opiniões (“DOXA”), fruto de uma estrita elaboração sensível. Por outro lado, o pensamento se desencadeia no sensível, logo no não-ser. Resta então ao Homem se afastar do empírico, e entabular um processo intelectual de raciocínio exaustivo e doloroso. “Portanto, nas afecções sensíveis não há conhecimento, mas apenas no raciocínio sobre elas; pois, neste, pelo que parece, é possível alcançar o Ser e a Verdade, e naqueles é impossível.” (TEETETO, PLATÃO) Platão reconhece que o processo se inicia por uma intuição sensível, e nisso já se distancia largamente dos sofistas. Esta intuição não é produto deste ou daquele sentido, mas da atividade sintética da alma, da elaboração

ordenadora do espírito que concede ao indivíduo a coisa com sentido único, ainda que ligado à percepção e à sensibilidade. De posse da “matéria-prima-bruta” resta então ao sujeito o exercício da abstração, da plena e absoluta contemplação espiritual, num distanciamento máximo dos sentidos e do universo empírico. O desenrolar do processo pode-se dar pelo diálogo ou individualmente através da argumentação-contrargumentação. Começa assim a crítica à opinião primeira ou intuição. Segue-se a contra-crítica, e assim por diante, até se atingir o grau de irrefutabilidade. Constitui-se esse processo na dialética do discurso, ou seja, a dimensão gnosiológica da filosofia de Platão. É como que uma purificação da intuição sensível para se atingir a intuição pura ou a idéia ontológica.

Contudo, torna-se necessário que exista a priori uma relação paradigmática que me “conduza” e me “informe” sobre o desenvolvimento da dialética. Ou seja, que me permita inconscientemente, no decorrer do caminho discursivo, saber onde me situo relativamente ao meu escopo final. Aqui Platão introduz a Teoria da Reminiscência: a alma seria depositária das idéias puras já contempladas numa existência originária anterior (Platão acreditava na transmigração das almas). No entanto, a alma envolvida pelo corpo e particularmente influenciada pelos sentidos, não teria a consciência das Idéias. Elas estariam como que adormecidas no subconsciente da alma. A experiência sensível seria como que um primeiro despertar, um “relembrar” ainda profundamente distorcido mas o primeiro passo para a conscientização plena das Idéias puras. Contudo, esse despertar não teria como consequência um automatismo na intuição e memorização das Idéias ontológicas. Seria requerido ao indivíduo uma atitude ativa da vontade. Seria necessário um estímulo interno que fizesse desencadear o processo dialético através da abstração e distanciamento do sensível. E isso não seria extensível a todos os indivíduos: somente para aqueles que reconhecendo a ignorância do saber sensível se lançavam na tarefa de achar dentro de si-mesmo a verdade e o autêntico conhecimento. Essa vontade individual que viabiliza o “achado” interno está ligado à Teoria do Amor (EROS), que se liga então decisivamente à Teoria da Reminiscência como condição gnosiológica. Platão afirma no MÊNON que “pôr achar-se toda a Natureza aparentada consigo mesma e considerando que a alma, em sua contemplação originária, aprendeu todas as coisas, nada impede que ao recordar apenas uma — processo que os homens chamam de aprender — possa achar todas as demais, contando que sejam valiosas e não se canse de buscar”. Fica claro assim, que o processo cognitivo em Platão é objetivamente descrito pelas Idéias Transcendentes mas subjetivamente dependente da vontade e do querer individual. Detonado assim o processo dialético, as idéias já contempladas vão progressivamente se conscientizando para o sujeito e servindo como que orientador padrão, paradigmático, de todo o caminho a percorrer até se atingi-las. Essa condição é por si só fundamental para que se saiba que efetivamente se trata dela e não de uma ilusão do espírito subjetivo do Homem.

Vimos assim, que o legado que Platão nos deixa, tão profundamente influenciador do pensamento ocidental, inclui uma Ontologia Metafísica e uma Teoria do Conhecimento: constituintes básicos para a configuração da ciência máxima, a FILOSOFIA.

A Ontologia é caracterizada pela transcendência das Idéias puras, eternas, imperecíveis, modelares, paradigmáticas. Esses são os seres reais e ontológicos. Do mesmo modo os seres que ora contemplamos no mundo sensível são sombras efémeras, imperfeitas, reproduções distorcidas, transitórias dessas "idéias". Podemos dizer que algo é injusto porque possuímos em nós mesmos um paradigma de justiça, uma idéia pura de justiça. Esta existe somente na transcendência, ainda que ao espírito se faça aparecer pelo processo dialético. Mas jamais se concretiza no mundo sensível.

A Teoria do Conhecimento nos informa do caminho a percorrer, do método a seguir, para alcançarmos o objetivo final¹: o conhecimento das verdades puras e eternas. Da experiência sensível e do reconhecimento da ignorância, o método discursivo-dialético se afirma como condição única para se atingir o objetivo final tendo a Teoria da Reminiscência como garantidora do final do processo. Doloroso é certo, e desse modo só para aqueles que sentem amor ao conhecimento e a vontade última de se aponderar da Verdade.

Verificamos assim que, na filosofia de Platão, a essência (IDÉIA) precede a existência (SUJEITO). As "Idéias" precedem e se configuram autônomas e independentes ao ato de conhecer. Do mesmo modo, o problema antológico precede e dá movimento ao problema gnosiológico. Assim, é comum denominar-se a filosofia metafísica de Platão de realista. No sentido exato de que o Objeto tem ontologia própria independentemente do Sujeito, sendo por isso mesmo real e objetivo. Contudo a importância dado ao sujeito, que se afirma na vontade de conhecer e no doloroso processo dialético, concede certamente ao espírito grego, aqui encarnado em Platão, uma dimensão interior e subjetiva, reconhecida nas palavras do filósofo Hegel com que iniciamos o presente trabalho.

NOTAS

(1) A introdução da Idéia como meta serve de referencial a todo o comportamento. O indivíduo nasce e cresce na distância e no afastamento do real ontológico. O reconhecimento dessa existência essencial e transcendente, em confronto com a própria condição do cotidiano, acerreta aquilo que poderíamos chamar de sentimento de culpa. E da culpa nasce a retaliação, a necessidade de se seguir o "bom-caminho", aquele que se diz ser a Verdade e a Pureza. Para o pensamento sofista certamente não existiria essa culpa já que o discurso não é orientado por nenhuma relação ideal de conteúdo, como meta a atingir. Em contrapartida fica claro entendermos a importância que o pensamento platônico exerceu sobre a teologia e a filosofia cristã,

marcadamente em Santo Agostinho. Cristo é o paradigma da Verdade. "O meu Reino não é deste mundo". Logo a Verdade está mais além de onde nos encontramos.

Ainda que distantes quanto à topologia (ou não) da Verdade, Platonismo e Cristianismo se aproximam quanto à relação de transcendência dessa Verdade. Evidentemente que na sua dimensão gnosiológica as filosofias se separam radicalmente: uma, a platoniana, exposta no presente trabalho, a outra, a Cristã, através da fé.

BIBLIOGRAFIA

CHÂTELET, François. "A Filosofia Pagã". Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.

HERÁCLITO. "Fragmentos — Origem do Pensamento". Rio de Janeiro, Editora Tempo Brasileiro, 1980.

MONDOLFO, Rodolfo. "O Homem na Cultura Antiga". São Paulo, Editora Mestre JOU, 1968.

MORENTE, Manuel G. "Fundamentos da Filosofia". São Paulo, Editora Mestre JOU, 1980.

PLATÃO. "A República". Mina - Sintra - Nem Martins (Portugal), Editor Francismo Lyon de Castro, Publicações Europa-Americana, 1975.